

O CÁLCULO E O RISCO: HEIDEGGER E BECK*

*Angela Luzia Miranda***

<http://orcid.org/0000-0002-4516-7301>

angelalmiranda@gmail.com

RESUMO *O propósito deste artigo é aproximar o significado do pensar calculador de Heidegger e a teoria sobre a sociedade do risco de Beck, considerando suas interpelações com o significado da técnica na modernidade. Porém, mais que tratar das aproximações entre ambos os pensadores, este estudo pretende também demonstrar a importância da filosofia da técnica de Heidegger para pensar o sentido do cálculo do risco e do risco do cálculo na sociedade do risco. Assim, argumenta-se que a teoria do risco de Beck confirma e atualiza o pensamento de Heidegger sobre a técnica moderna, quando se observa que o pensar calculador, que dirige e controla o modo de ser na era do técnico, manifesta-se hoje com toda clareza na sociedade do risco global.*

Palavras-chave *Heidegger, Pensar Calculador, Beck, Sociedade do Risco, Técnica Moderna.*

ABSTRACT *The purpose of this paper is to bring the meaning of Heidegger's calculative thinking and Beck's risk society theory closer, as well as their interpellations with the meaning of technique in modernity. Nevertheless, more than dealing with the convergences between both thinkers, this study also intends to demonstrate the importance of Heidegger's technique philosophy in*

* Artigo submetido em 14/02/2019. Aprovado em 28/05/2019. Este trabalho é resultante dos meus estudos de Pós-Doutorado (2017-2019) realizado no Departamento de Filosofia da Universidad del País Vasco (UPV/ES), sob a supervisão do Professor Emérito e Catedrático em Filosofia Dr. Nicanor Ursua Lezaun.

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, Brasil.

order to investigate the meaning of risk calculation and of calculation risk in risk society. Therefore, it argues that Beck's risk theory confirms and updates Heidegger's thinking on modern technique, as one observes that calculative thinking, which directs and controls the way of being in the age of technicality, clearly manifests itself nowadays, in the global risk society.

Keywords *Heidegger, Calculative Thinking, Beck, Risk Society, Modern Technique.*

I. Introdução

Desde seus escritos sobre a filosofia da técnica no século passado, em que Heidegger afirmava que a resposta sobre a técnica não é técnica e sim filosófica, e o lugar a partir de onde deve ser pensada a técnica compreende a esfera da metafísica como história acontecida do ser e não simplesmente desde a esfera instrumental do simples fazer, o filósofo alemão tem sido frequentemente atacado por seus detratores. Ora consideram-no um pensador típico dos humanistas românticos da filosofia da técnica; ora buscam enquadrá-lo na corrente dos intelectuais pessimistas da tecnologia.¹ Seja por um argumento ou por outro, o fato é que muitos estudiosos do assunto julgam Heidegger um pensador ultrapassado ou pouco expressivo, quando o assunto é fazer filosofia da técnica no tempo presente. E há ainda outro agravante: em tempos em que saem à luz os famosos *Cadernos Negros* [*Schwarze Hefte*], publicados como os últimos tomos das *Obras Completas* [*Gesamtausgabe*] de Heidegger, essa posição parece que se vê ainda mais ameaçada, posto que se reacende “o caso Heidegger” e o perigo de sua filosofia, decorrente da sua relação com o nacional-socialismo da Alemanha em sua época².

Em que pesem estas acusações contra Heidegger, este estudo pretende ir na contramão deste movimento, demonstrando a importância e a atualidade de seu pensamento, sobretudo, quando se trata de analisar o tempo presente. Para tanto, haveremos de traçar um paralelo entre o que já havia afirmado Heidegger em seu tempo, no que se refere à técnica como controle e planificação, e o que confirma Beck mais recentemente, no que se refere à sociedade baseada no risco como controle social e global. Dito isso, apresenta-se o principal propósito

1 A propósito do assunto, conferir o escrito *Correntes e correntezas: o lugar de Heidegger na filosofia da técnica* (Miranda, 2009).

2 A propósito, veja-se a importante análise crítica de Babich, em seu artigo mais recente “The ‘new’ Heidegger” (2015, pp. 167-187).

deste estudo: identificar e aprofundar as aproximações entre o pensamento calculador, apontado por Martin Heidegger em sua ontologia sobre a técnica moderna, e a teoria da sociedade do risco, formulada por Ulrich Beck em sua crítica sociológica sobre a sociedade tecnocientífica³.

A tese construída por meio deste estudo comparativo indica que a teoria do risco de Beck e sua análise sobre a atual sociedade do risco global, que requisita mais e mais a estimativa das consequências da atividade tecnocientífica, corrobora o postulado de Heidegger sobre o pensamento que calcula, posto que esse exige cada vez mais um mundo planejado, de acordo com os ditames da técnica. Contudo, mais que demonstrar o que aproxima ambos os pensadores, o propósito é também o de expor os riscos do cálculo condicionado pelo pensar calculador. Nessa espécie de simbiose entre o cálculo do risco e o risco do cálculo, ao final, haveremos de reforçar a importância do pensamento heideggeriano para compreender filosoficamente o tempo presente, assinalado como a era do técnico.

II. O pensar calculador e a técnica moderna como controle e planificação

Em sua obra *Gelassenheit* (GA 16),⁴ escrita ainda na metade do século passado (1959), Heidegger considera que uma das principais características do homem moderno reside no seu modo peculiar de pensar com base no “pensamento calculador” [*das rechnende Denken*]. Tal modo de pensar se encontra condicionado ao atuar como “produzir efeitos” (GA 9, p. 313); um modo de ser pragmático e instrumental que condiciona nosso agir no mundo

3 A bem da verdade, e já de início, vale aclarar que a crítica ao pensar calculador não é exclusividade do pensamento de Heidegger. Antes mesmo, Nietzsche (e recordemos que Heidegger é seu leitor assíduo), já chamava a atenção sobre a “medida” do cálculo, sobretudo, em seu escrito *Humano, demasiado humano*. Georg Simmel (2010), com a publicação da importante obra *Philosophie des Geldes*, escrita ainda no ano de 1900, dá especial destaque ao assunto, quando observa que a economia monetária da época moderna exige o cálculo no comportamento social do dia a dia. Para ele, a vida moderna é preenchida de certas operações, tais como: fazer, calcular, estimar e reduzir valores ao âmbito do quantitativo. Essa é a diferença elementar que Simmel vê no modo de vida das épocas anteriores. Ou seja, se nas épocas anteriores predominava o caráter qualitativo, emotivo e de totalidade do valor na economia, na era do dinheiro predomina o caráter racional e calculista como elemento de socialização do indivíduo. No caso de Heidegger, o pensar calculador deve ser compreendido situando-o também no âmbito da técnica. Assim, precedida da leitura de Simmel (sobre o pensar calculador circunscrito na cultura baseada no dinheiro), a leitura de Heidegger (sobre o pensar calculador circunscrito na era baseada na técnica) ganha especial interesse em relação ao nosso estudo, por se tratar da intrínseca relação entre o pensar que calcula e a sociedade que necessita estimar os riscos, e que, portanto, requisita cada vez mais tecnologia assim como examina Beck e veremos a seguir. Em suma, o que está no cerne da discussão aqui é o cálculo do risco e o risco do cálculo moldados pela era do técnico. Daí por que o sentido do pensar calculador conferido por Heidegger se torna tão essencial para o nosso propósito.

4 As obras de Heidegger citadas das *Obras Completas [Gesamtausgabe]* serão identificadas neste trabalho como “GA”, procedido do tomo e, quando couber, da página.

sempre em vista do utilitário, da ação prática previamente calculada (GA 9, p. 353). Assim, pensamos para fazer e agir, mas já não mais pensamos para meditar sobre aquilo que fazemos – ao que o mesmo Heidegger denomina a “reflexão meditativa” [*besinnliche Nachdenken*]. E explica: o pensar calculador “não é um pensamento que medita, não é um pensamento que reflete sobre o sentido que reina em tudo o que existe” (GA 16, p. 520). Simplesmente pensamos para agir instrumentalmente, como depois constatou Habermas (1981) em sua “teoria da ação comunicativa”, ao considerar que o nosso modo de pensar está direcionado ao “agir-com-respeito-a-fins”; uma racionalidade instrumental e não emancipatória da condição humana no mundo contemporâneo.

Segundo Heidegger, a técnica moderna é o mensageiro mais visível deste modo de pensar que impele tudo ao cálculo e à planificação. O distinto da técnica moderna é que o atual modo de *technè*, isto é, de produção material [*poiésis*], não é somente deixar que o produzido saia à luz, num ato de desvelamento do ser das coisas, próprio do sentido de técnica para os antigos. O distinto agora é o ato de provocação da natureza: “uma exploração que impõe à natureza a pretensão de fornecer energia, capaz de, como tal, ser beneficiada e armazenada” (GA 7, p. 15). Ou seja, com a técnica moderna, mais que produzir, o fundamental é provocar a natureza de modo que ela nos dê o que queremos dela, ou até que ela admita consistir de recursos mensuráveis e se inscreva num sistema de informações que podemos controlar por meio da planificação. É assim que o pensar calculador se situa no domínio da essência da técnica moderna. Heidegger explica:

O que é agora, encontra-se marcado pelo domínio da essência da técnica moderna, domínio que já se manifesta em todos os campos da vida, por meio de características que podem receber distintos nomes, como: funcionalização, perfeição, automatização, burocratização e informação (GA 11, p. 60).

Desse modo, o pensar calculador encontra-se em perfeita consonância com a técnica em seu sentido moderno, pois o característico da técnica agora é sua forma de atuação, cujo funcionamento equipara-se a uma grande engrenagem. Heidegger utiliza o termo alemão *Gestell*,⁵ que indica essa estrutura inventiva condicionada pela técnica; uma espécie de armação que sustenta o nosso modo de pensar e agir condicionado ao técnico. É assim que, na era da demanda do

5 Sobre o sentido de “*Gestell*”, termo tão peculiar em Heidegger porque designa o modo de ser da técnica moderna, vejam-se, em especial, as *Conferências de Bremen/1949* [*Bremer Vorträge 1949*] e *Das Ge-Stell* (GA 79, pp. 24-45); *A pergunta pela técnica* [*Die frage nach der Technik*] (GA 7, pp. 5-35); *Identität und Differenz* (GA, 11) e os *Seminários* [*Vier Seminare/Zürcher Seminar*], sobretudo, *Le Thor/1969* e *Züringhen/1973* (GA 15, pp. 271-400 e pp. 423-440).

mundo tecnificado, impõe-se mais e mais tecnologia. E, aos problemas da técnica, pensamos tecnicamente, logo, resolvemos com mais técnica. Heidegger chega a dizer que se trata de uma “maquinação [*Machenschaft*] da tecnologia” (GA 96, p. 46).⁶ Nessa posição de devoção e entrega à técnica, outorgamos a ela nosso sim incondicionado, retratado por Heidegger nos seguintes termos: “o feitiço da técnica e seus progressos, que permanentemente se avantajam entre si, são só um signo deste encantamento que, em consequência, impele tudo a cálculo, utilização, cultivo, manejo e regulação” (GA 65, p. 124).

É assim que o modo de proceder do pensar calculador tem gerado uma sociedade altamente tecnificada e corresponde a um movimento que atinge escala planetária, posto que o pensar calculador atua de forma planejada e dirigida (GA 7, p. 78), em que todas as zonas do ente vão obedecendo ao planejamento e ao ordenamento técnico (GA 67, pp. 148 e ss.). Em outros termos, o mundo transformado em quantidades e medidas, que podem ser previamente calculadas e estimadas, é o resultado do “imperativo da uniformidade técnica” (GA 14, p. 11), cujo movimento sempre crescente vai demarcando todas as zonas do existente (do ente) e atinge a todos os rincões do planeta. Trata-se, portanto, da “tecnificação” em escala planetária. E é assim que a técnica moderna representa a própria ocidentalização do mundo na medida em que requisita uma civilização do mundo uniformemente tecnificada (Miranda, 2017, pp. 253 e ss). Heidegger conclui: “Por toda parte, assegura-se o controle. Pois, controle e segurança constituem as marcas fundamentais do descobrimento explorador” que vai desbravando e conquistando a terra inteira (GA 7, p. 17).

E o próprio uso da razão deve funcionar em vista do cálculo e da planificação da natureza, considerada agora um grande fundo de reserva:

6 A propósito do que já anunciávamos na introdução, aqui reside um dos pontos da polêmica que tem suscitado o debate em torno do “caso Heidegger”. Especificamente no caso da postura heideggeriana sobre a técnica, Faye (2005; 2013), por exemplo, adverte que toda a filosofia de Heidegger está contaminada pelos ideais do nazismo e de sua postura antissemita. Sobretudo quando o filósofo acusa os judeus de serem propagadores do “pensar calculador”, próprio do modo metafísico da modernidade. Efetivamente, como apareceu nos cadernos publicados a partir de 2014, para Heidegger o judaísmo estaria em sintonia com o espírito da técnica moderna ou da maquinação [*Machenschaft*] da tecnologia (GA 96, pp. 46 e ss). Porém, Peter Trawny, encarregado de editar estes tomos dos *Cadernos Negros* de Heidegger, alega que o antissemitismo em sentido heideggeriano deve ser tomado a partir de uma perspectiva filosófica e não como uma animosidade racista ou biológica. Trata-se de uma postura antissemita de tipo “histórico-ontológica” (Trawny, 2014, p. 21). Do mesmo modo, Escudero, diz: “Heidegger se distancia claramente dos princípios de purificação racial do nacional-socialismo. Porém, ao mesmo tempo, interpreta o judaísmo mundial (*Weltjudentum*) como a cúspide da manifestação onto-histórica da calculabilidade e da maquinação [...]”. Há que ter claro que as manifestações de Heidegger não devem ser interpretadas em termos políticos. Trata-se, melhor dizendo, de sua particular interpretação filosófica da história do ser” (Escudero, 2014, p. 11, Nota 12). Seguindo essa linha de pensamento, o autor italiano Stefano G. Azzarà (2015) argumenta que se trata de um antissemitismo de tipo cultural e não naturalista. Como se pode notar, a polêmica, recém-servida, muito ainda dará o que falar nos banquetes filosóficos em que se reabre “o caso Heidegger”.

matéria-prima transformada em produto, disponível ao ser humano. Basta observar que até mesmo nas situações mais cotidianas e triviais de nossa vida estamos diante deste ordenamento técnico, planejado e calculado. Assim, sem muito esforço, enquanto despreziosamente tomamos o café da manhã, é possível saber, ao ler o rótulo dos produtos disponíveis na mesa, quantas calorias estamos consumindo, de que quantidade de açúcar nosso organismo necessita diariamente etc., etc. Isso significa que, de maneira antecipada, o cálculo representa o ente por meio da calculabilidade [*Berechenbarkeit*] (GA 5, p. 289). O cálculo se inscreve no modo de proceder de todo ato humano, como se fosse uma “lei fundamental de comportamento” (GA 65, p. 121). Daí que o ideário da organização e da planificação se tornem tão fundamentais nesse sistema de compreensão do mundo. Não por acaso, Heidegger chega à conclusão de que a técnica “é a irmã gêmea da organização” (GA 94, p. 364). O ser, visto desde o calculável, requer o progressivo crescimento do próprio ato de calcular e mensurar, como possibilidade de aceder a ele. Trata-se da única via de se chegar ao conhecimento pela contínua enumeração organizada, como explica ele mesmo na *Carta sobre o Humanismo*:

Qualquer cálculo reduz todo o numerável ao enumerado, a fim de utilizá-lo para a próxima enumeração. O cálculo não admite outra coisa senão o enumerável. Cada coisa é apenas aquilo que se pode enumerar. O que a cada momento é enumerado assegura o progresso da enumeração (GA 9, p. 308).

É deste modo que o pensar calculador, que age na esfera do calculado tecnicamente, pretende se mostrar como certo e preciso, num processo sempre crescente e progressivo em seu sentido instrumental. Por isso, costumamos afirmar que a técnica obedece a um padrão evolutivo, que progressivamente vai avançando no decorrer da história da humanidade. Nada partidário desta visão linear e progressista, nem muito menos meramente instrumental da técnica, Heidegger, pelo contrário, considera que a técnica moderna representa o próprio modo metafísico de ver e pensar o ser.⁷ Ela determina nossa visão de mundo e como nos relacionamos com as coisas, pois a era é técnica não somente porque existam máquinas, mas porque o modo de pensar se tornou eminentemente técnico. Desse modo, a técnica se tornou o próprio destino do ser e, por conseguinte, do homem. Heidegger se refere a este “destinal”,

7 Sobre a técnica como questão filosófica e metafísica em Heidegger, vejam-se especialmente seus escritos: *Die Frage nach der Technik* (GA 7); *Beiträge zur Philosophie* (GA 65); *Nietzsche* (GA 6.1/6.2); *Überwindung der Metaphysik* (GA 7); *Naschwort zu “Was ist Metaphysik* (GA 9); *Identität und Differenz* (GA 11); *Einführung in die Metaphysik* (GA 40). *Die Überwindung der Metaphysik* (GA 67). *Vier Seminare. Zürcher Seminar* (GA 15); *Bremer Vorträge/1949* (GA 79); *Grundbegriffe der Metaphysik. Welt – Endlichkeit – Einsamkeit* (GA 51).

configurado pela maquinação e imposição, como uma forma de metafísica que se consoma, posto que já não há outra via de pensar e conceber o ser senão pela via do técnico. E conclui:

No interior deste destino, o homem passou da época da objetividade à época da disponibilidade: nesta época, nossa futura época, tudo está constantemente a disposição, mediante *o cálculo de uma imposição*. Rigorosamente falando, já não há objetos; somente ‘bens de consumo’ à disposição de cada consumidor, que se situa, por sua parte, no mercado da produção-consumo (GA 15, p. 388, grifo nosso).

O modo de proceder da técnica moderna que impulsiona o pensar calculador apontado por Heidegger, pode ser experimentado, como vimos, no mais trivial do nosso cotidiano e do nosso espaço privado. Mas, na atualidade, também se tornou uma exigência pública e política, posto que requisita cada vez mais um modo de proceder social e politicamente responsável, baseado na necessidade de estimar as consequências das ações humanas; o que tem promovido aquilo que hoje se costuma dizer da “sociedade do risco”.

III. A sociedade do risco e o controle social e global

Surgido no âmbito da probabilidade, na modernidade, o risco representa a possibilidade das incertezas, das ameaças, daquilo que há de se precaver. No campo da ciência e da tecnologia, trata-se de ter em conta as incertezas e prever as ameaças das ações produzidas pela tecnociência, por um lado, e, por outro, trata-se de estimar as consequências futuras deste modelo civilizatório baseado na sociedade tecnocientífica.⁸ Obviamente que as ameaças e os perigos sempre fizeram parte da nossa história de sobrevivência, como é o caso das situações de epidemias, doenças, catástrofes naturais etc. Arriscar-se tampouco é uma atitude que pertence somente aos humanos do tempo presente. Mas o risco, em

8 Do ponto vista científico e tecnológico, vale dizer que a teoria do risco ganha especial destaque ainda nos anos setenta do século passado, quando surgem os estudos sobre as relações entre a ciência, a tecnologia e a sociedade (CTS). Mitcham (1989) sustenta que foi a partir do contexto e do debate sobre a responsabilidade dos cientistas e tecnólogos que se impulsionou o avanço dos estudos sociais de CTS e as estimativas dos riscos da sociedade tecnocientífica. Já na década de oitenta do século passado Elster (1983), por exemplo, observava que a teoria do risco surge por considerar que o proceder responsável e racional no âmbito da ciência e da tecnologia não pode deixar de prever as consequências das diferentes alternativas da ação científica e tecnológica. Para aprofundamento do assunto que veicula riscos e estudos de CTS vejam-se, ainda os estudos de Jasanoff (2006) e Areosa (2016). Sobre a teoria do risco em seu sentido mais amplo (além da leitura de Beck, objeto específico de nossa análise) conferir a leitura de Giddens (2000), Lash (2000) e Luhmann (1991, 2005). Mais recentemente, os estudos de ibero-americanos, por exemplo, de Galindo (2015), Neto (2013) e Areosa (2016), também aportam dados relevantes para o propósito deste artigo. Isso sem desconhecer ou desmerecer vários outros estudos que tratam do assunto.

seu sentido moderno, atua como decisões humanas, com o intuito de prever as ameaças ou perigos decorrentes das próprias ações humanas.

Ulrich Beck, considerado um dos grandes pesquisadores desse assunto na atualidade,⁹ avalia que o risco ocupa um papel decisivo nas configurações sociais, influenciando os rumos não só da ciência, mas também da política, da economia, das relações de trabalho e do próprio sentido de natureza nas sociedades modernas (Beck, 2008, p. 23). Sua especificidade é demarcada por certas diferenças elementares em nossa época. Por exemplo: “Riscos” não são o mesmo que “ameaças” ou “perigos”, adverte Beck. No caso dos riscos – e isso já é especialmente relevante para o nosso propósito – surge o “cálculo do risco”, que, por sua vez, requisita a tecnologia, por meio da necessidade de estabelecer probabilidades, estimativas, seja por parte das ciências naturais, seja por parte das ciências sociais. Assim, o cálculo do risco pode ser aplicado em fenômenos completamente distintos e nos mais variados âmbitos do conhecimento, como: o cálculo da gestão sanitária, a estimativa dos prejuízos ambientais, o quantitativo de perdas e danos do desemprego etc. (Beck, 2008, p. 24).¹⁰ Tampouco “risco” pode ser confundido com “catástrofe”. Diz Beck com todas as letras: “o risco não é a catástrofe; é a antecipação da catástrofe” (2008, p. 27; 2011, p. 362). E a antecipação obriga a prevenção. Esta, por sua vez, exige o cálculo e a planificação: “se pagas um centavo agora, vais economizar dinheiro amanhã”, como insinua Beck, “supondo que o perigo que (ainda) não existe, exista” (2008, p. 256). Também é preciso ter presente que, na modernidade, os riscos atingem escalas globais. Logo, há que situar também a diferença entre “riscos pessoais” e “riscos globais”.¹¹

9 É conhecida a vasta bibliografia de Beck sobre o assunto. No entanto, em vista do propósito deste trabalho, interessam-nos em especial seus escritos: *Risikogesellschaft*, 1986 (aqui citado da tradução para o português *Sociedade do risco*, 2011); *Gegengifte*, 1988 (citado da tradução espanhola *Políticas ecológicas en la edad del riesgo*, 1998); *World Risk Society*, 1999 (citado da tradução espanhola *La sociedad del riesgo global*, 2002b). E mais recentemente, *Weltrisikogesellschaft*, 2007 (citado da tradução espanhola *La sociedad del riesgo mundial*, 2008). Nesse último, o próprio autor busca fazer uma leitura revisitada e atualizada da sua obra *Sociedade do risco* publicada ainda em 1986, e um de seus capítulos (IX) utilizados neste estudo também foi publicado como artigo intitulado “Critical Theory of World Risk Society”, 2009. Também formam parte do nosso referencial bibliográfico outros textos publicados como capítulos de livros, artigos, ou entrevistas esparsas concedidas pelo próprio Beck.

10 Tal noção também aparece em Giddens, quando esclarece: “Risco não é o mesmo que acaso ou perigo. O risco refere-se a perigos calculados em função de possibilidades futuras. Somente tem uso corrente numa sociedade orientada para o futuro, uma sociedade que vê o futuro precisamente como um território a ser conquistado ou colonizado” (2000, pp. 32 e 33).

11 O próprio Beck, ilustra a diferença: “Quem – como Colombo – saiu em busca de novas terras e continente por descobrir, assumiu riscos. Estes eram, porém, riscos pessoais, e não situações de ameaça global, como as que surgem para toda a humanidade com a fissão nuclear ou com o acúmulo do lixo nuclear. A palavra ‘risco’ tinha, no contexto daquela época, um tom de ousadia e aventura, e não o da possível autodestruição da vida na Terra” (2011, p. 25).

Essas diferenças indicam que a modernização dos riscos é evidenciada por algumas características que lhe são peculiares segundo Beck (2011, pp. 25-27). (i) Os riscos tendem a um incremento, cujas ameaças e situações sociais atingem a larga escala, por isso; (ii) afetam e são distribuídos em termos civilizatórios e requerem cada vez mais o desenvolvimento da ciência e da técnica como forma de conhecimento e domínio sobre eles. (iii) Isso porque também se caracterizam pela sua irreversibilidade e invisibilidade, logo, necessitam ser interpretados como um conhecimento causal e científico. (iv) Os riscos transformam a esfera do privado em público e o que antes era apolítico se transforma em político. (v) Daí que representam o potencial político da catástrofe, que requisita uma nova forma de organização social de poder e de responsabilidade. “O conflito que agora eclode é um conflito de responsabilidade”, diz Beck (2001, p. 380), que não somente diz respeito ao indivíduo, mas também diz respeito à sociedade, transformados, agora, em novos direitos. Identificados como “difusos”, tais direitos não pertencem a um indivíduo ou a um coletivo em específico, mas pertencem a todos e encontram-se disseminados tanto no âmbito da sociedade quanto no da natureza.

Identificados estes elementos sobre os riscos – os quais serão, pouco a pouco, elucidados em vista do propósito deste estudo –, observa Beck: “o risco é o enfoque moderno da previsão e do controle das ações humanas com respeito ao futuro” (2002b, p. 5). Com a intenção de “colonizar o futuro”, o risco atua como uma espécie de “mapa cognitivo” da condição humana no mundo, ao que o sociólogo denomina a “sociedade do risco” (Beck, 2002b, p. 5). Nesse modelo social as ações são estimuladas, sobretudo, pelo ideário de progresso social surgido desde o processo de industrialização. Daí deriva o sentido da modernidade reflexiva,¹² posto que esta representa os próprios reflexos da industrialização em seu processo de modernização. Como explica Beck (2011, p. 24), o “reflexivo” da modernização é que seu processo se converte, em si mesmo, em tema e problema. Por isso, a “sociedade de risco não é uma opção passível de aceitação ou rejeição no curso de disputas políticas. Surge na continuidade dos processos de modernização autonomizada, que são cegos e surdos em relação aos seus próprios efeitos e ameaças” (Beck *et al.*, 2000, p. 5). Assim, quanto mais se aumenta a produção de riqueza, mais se aumentam os riscos dela derivados (2008, pp. 25 e ss); quanto mais produção tecnológica,

12 O termo é cunhado por Beck em conjunto com Lash e Giddens (2000), cuja obra aparece pela primeira vez em 1994. Vale lembrar ainda que o conceito “modernização reflexiva” ou “modernidade reflexiva”, no sentido empregado por Beck, mais que indicar os reflexos da sociedade industrial, cujos desdobramentos desembocam na sociedade do risco, indica também a confrontação entre ambos os modelos sociais; ou seja, um como consequência do outro (Beck *et al.*, 2000).

mais riscos. O surgimento do automóvel, por exemplo, implicou, em si mesmo, o surgimento de novos riscos, e assim por diante. Portanto,

a sociedade do risco designa uma época em que os aspectos negativos do progresso determinam cada vez mais a natureza das controvérsias que animam a sociedade. O que inicialmente ninguém via e, sobretudo, desejava, a saber, colocar a si mesmo em perigo e a destruição da natureza, está cada vez mais se tornando o motor da história (Beck, 2001, p. 376).

Tal projeto social tende a um incremento expansivo e global, como já mencionado antes, à medida que a sociedade do risco vai demarcando uma espécie de planificação que envolve todas as dimensões sociais. Daí o sentido da “sociedade do risco mundial” [*Weltrisikogesellschaft*], identificado por Beck (2008). Nessa sociedade, o risco é incorporado como um elemento estruturante em seu sentido social e político. “A categoria da sociedade de risco tematiza o processo de questionamento das ideias centrais para o contrato de risco, a possibilidade de controle e a possibilidade de compensação de incertezas e perigos fabricados industrialmente”, constata Beck (2008, p. 24). Por meio da possibilidade do controle, o contrato de risco – que passa a fazer parte da lógica social da sociedade do risco – fabrica a incerteza e, em contrapartida, vende a possibilidade da sua compensação. Portanto, neste modelo societário há uma “incerteza fabricada”, cujo Estado sanciona e possibilita os contratos de risco, garantindo, assim, a institucionalização da segurança ante um futuro desconhecido.¹³

Mas se, por um lado, existe o aspecto negativo da incerteza fabricada – que, inclusive, promove uma certa “paranoia social”, posto que induz à antecipação da incerteza por meio do diagnóstico cada vez mais “preciso” do cálculo adquirido pelo conhecimento científico e tecnológico –,¹⁴ por outro lado, na avaliação de Beck, há outra característica menos conhecida do risco global, porém mais destacável e significativa em seu aspecto positivo. Ou seja, o risco atua como “uma espécie de ‘cosmopolitismo forçoso’; um ‘aglutinador’ da diversidade e pluralidade em um mundo que está por criar e cujas fronteiras, ao menos desde um ponto de vista comunicativo e econômico, parecem-se

13 Não por acaso, no contexto desta sociedade, as empresas seguradoras adquirem especial relevância social, com a promessa sempre crescente da expansão de seus negócios.

14 Basta observar o número de adeptos das cirurgias como forma de prevenção de possíveis enfermidades. O diagnóstico médico derivado do conhecimento técnico probabilístico, em que se estima que determinado indivíduo possui predisposição genética para desenvolver determinada enfermidade no futuro, já é razão suficiente para se antecipar ao problema, por meio de intervenções cirúrgicas como forma de prevenção. Sobre tais conhecimentos técnicos e probabilísticos, indicamos o interessante estudo de Gigerenzer (2005, pp. 18 e ss).

muito mais a um queijo suíço: estão cheias de buracos” (Beck, 2008, p. 256). O risco torna-se aglutinador na medida em que nos obriga a agir conjunta e solidariamente em vista de suas consequências globais. Mesmo que na atualidade somos confrontados geopoliticamente com cisões de tipo cultural, étnico ou religioso, o risco força o atuar local em vista do global, argumenta Beck em vários de seus escritos (2005; 2006; 2009).

Assim, a teoria do risco, *a priori* de caráter sociológico e político, estende-se também ao âmbito do horizonte normativo, incluindo a própria ética. Trata-se daquilo que há que proteger, isto é, daquilo sobre o qual devem ser creditados seus efeitos nocivos. Portanto, os riscos são as imagens negativas de seus efeitos novíços que passam a ser incorporados por todos, independente de sua realização ou não. Trata-se da aceitação social, tacitamente imposta pela modernização dos riscos, e ratificada por questões, do tipo: “como queremos viver?”; “quão responsáveis somos todos por isso?”. Daí que a estimativa dos riscos exige uma racionalidade científica e social que trata de dar conta do cálculo estimado daquilo que há que proteger (Beck, 2011, p. 34). Ocorre que a determinação do quantificável em vista das probabilidades e riscos oferecidos, requisita a manuseabilidade técnica, cujo cálculo é a realidade em função de uma determinação axiológica de proteção valorativa. Ou seja, a dimensionalidade do risco, mais que um cálculo matemático, oculta seu caráter ético. Desse modo, evidencia-se o arcabouço da lógica experimental da ciência empregada para determinar os riscos civilizatórios, que acaba por referendar também um determinado tipo de economia, de política. E, inclusive, de modelo de ética: uma espécie de “concubinato não declarado” entre a ciência e a ética, diria Beck (2011 p. 35).

Como ilustração, cita-se o surgimento dos atuais modelos de ética de responsabilidade planetária e orientadas para o futuro, como é o caso da proposta de Jonas e Apel. Ao postular o princípio da responsabilidade como ensaio de uma ética para a civilização tecnológica, Jonas (1997, 2008), por exemplo, avalia que a tecnologia moderna introduziu ações de tal magnitude, que urge pleitear uma ética na era da civilização tecnológica capaz de prever as consequências e os riscos das ações humanas. Apel (1988), a igual modo, observa que a civilização moderna tem se confrontado com um desafio sem precedentes na história da condição humana. Pela primeira vez na história, teremos de assumir a responsabilidade pelas consequências de nossas ações que já alcançam dimensões globais, como é o caso da aplicação industrial da ciência e da técnica.

No caso da proposta de Jonas, o “concubinato” entre a ciência e a ética (para usar a mesma expressão de Beck), pode ser visto na própria condição

elementar do agir ético baseado na responsabilidade, ao que Jonas denomina a “heurística do temor” (2008, pp. 65 e ss). Para o filósofo da ética, a ciência necessita tanto da representação do bem quanto do mal. E toda ação científica ou tecnológica deveria implicar, em si mesma, tanto a estimativa da sua necessidade e utilidade quanto a estimativa de seus riscos e consequências. Daí a máxima jonasiana: age de tal modo que sua ação leve em conta a continuidade da vida no futuro (2008, p. 40). Para tanto, requisita-se também da ciência e da técnica a capacidade de desenvolver, cada vez mais e com mais propriedade, as condições epistemológicas com vistas à estimativa dos riscos. Trata-se da ação cautelosa que deve ser garantida, sobretudo, pelo desenvolvimento científico e tecnológico, avalia Jonas (1997, p. 12; 2008, pp. 200 e ss).

Disso tudo, conclui Beck: “o risco é o fundamento de uma política de prevenção” (2008, p. 256). Assim, ao referendar a teorização dos riscos, a ética da responsabilidade também requisita uma política preventiva. Porém, na avaliação de Beck, nisso se desvanece qualquer ética prestada a distinguir o bem e o mal, porque, em verdade,

o risco atua como um banho de ácido e as veneráveis distinções clássicas se desvanecem. No horizonte do risco não existem “codificações binárias” (permitido ou proibido, legal ou ilegal, verdadeiro ou falso, nós e os outros). No horizonte do risco não existem pessoas boas ou más, senão que pessoas que se comportam em maior ou menor risco... Ninguém é um risco, todos somos, como temos dito, um maior ou menor risco para todos. [Assim], as ações não são nem boas nem más, são mais, ou menos, arriscadas (Beck, 2008, pp. 255-256).

IV. Os paradoxos da sociedade do risco e as armadilhas do pensar calculador

A esta altura, já podemos ir avistando os problemas identificados nas ambivalências e paradoxos da sociedade do risco, os quais perfeitamente coadunam com a leitura crítica de Heidegger e as artimanhas do pensar calculador. O princípio da prevenção e da responsabilidade, evidenciado nos modelos de éticas que requisitam a estimativa dos riscos, é um deles. No caso dos riscos tecnológicos e ecológicos, quanto mais se busca saídas para enfrentar o problema, mais se necessita desenvolver uma racionalidade de acordo com o ordenamento técnico, capaz de desenvolver mecanismos de controle altamente tecnológicos. É o que confirma o próprio Ulrich Beck, em seu importante estudo sobre as *Políticas ecológicas na idade do risco* (1998). A tese sustentada por Beck sugere que, em realidade, as políticas ecológicas hoje referendam muito mais a “tecnocracia ecológica” do que o “protesto ecológico”. Basta ver

como se comportam os movimentos ambientalistas, conhecidos por sua crítica ao processo desenfreado de desenvolvimento tecnológico: as soluções que propõem requisitam cada vez mais o desenvolvimento de altas tecnologias de controle dos recursos naturais e suas estimativas de risco. Para o sociólogo, a contradição reside na própria dinâmica deste processo. Contra a contaminação, por exemplo, os movimentos ecologistas exigem cada vez mais empresas de descontaminação. No fundo, trata-se de mais e mais tecnocracia. Quando isso acontece, adverte Beck (2008, p. 306), inclusive os mais críticos da cultura se tornam caricaturas de si mesmos.

Aplicado ao caso da ética de Jonas, isso significa dizer que a heurística do temor atua como uma filha não desejada da ética da responsabilidade, posto que põe em evidência sua situação paradoxal. Ou seja, ao propor uma ética para a civilização tecnológica com vistas às estimativas dos riscos das ações humanas, a ética jonasiana não faz mais que referendar uma sociedade altamente tecnológica, inicialmente objeto de sua própria crítica. Nisso se justifica a leitura ontológica realizada por Heidegger sobre a identidade da técnica moderna, posto que confirma a armadilha do pensar calculador ou a grande armação da técnica moderna [*Gestell*], cuja postura solicitadora requer mais e mais o pensar que calcula, ou, em outros termos, mais e mais técnica.¹⁵

Postulada tal situação paradoxal da sociedade dos riscos do ponto de vista ontológico e sociológico, também é importante mencionar seus limites do ponto de vista tecnológico, isto é, aqueles limites implicados na própria execução da estimativa dos riscos. O primeiro deles é o reconhecimento da ciência e da tecnologia de que há uma dificuldade inerente em conhecer e determinar todos os efeitos das ações científicas ou tecnológicas. Como prever todos os seus efeitos em longo prazo? Como afirma Beck: os perigos não podem ser limitados nem espacial, nem temporal, muito menos socialmente; eles extrapolam as fronteiras, seja dos Estados, das camadas sociais, das gerações, e produzem, “por sua magnitude, desafios completamente novos para as instituições encarregadas de vigiá-los” (1998, p. 7). É o caso da identificação de todos os efeitos possíveis de uma usina nuclear. Isso por um lado, porque, por outro, a limitação dos riscos também está presente no que diz respeito aos seus efeitos colaterais. Sobretudo, aqueles derivados das ações tecnocientíficas, isto é, aqueles efeitos que sequer poderiam ser previstos dada a sua imprevisibilidade de conhecê-los de antemão. Como prever todas as consequências e riscos do “efeito estufa”, por exemplo?

15 A propósito dos limites da ética jonasiana, conferir meu outro escrito, ¿Uma ética para la civilización tecnológica? (Miranda, 2012).

Segundo Beck, trata-se de perigos que se incrementam e se constituem em sua crescente autonomia.

Portanto, aos riscos tecnológicos e suas estimativas se impõem limites claros em sua execução. Beck traz outro exemplo significativo a propósito: como seria possível dialogar com o futuro, supondo que deveríamos alertar as gerações futuras dos perigos dos lixos atômicos produzidos pela sociedade atual? Numa descrição curiosa e com certa dose de ironia, Beck (2008, pp. 291 e ss) esclarece que tal situação se torna simplesmente inviável se pensamos em longo prazo.¹⁶ Sua inviabilidade se dá, inclusive, pela própria linguagem: como transmitir e identificar tais sinais de advertência sobre a periculosidade no futuro? Nisso se confirma o que Beck diz ser o paradoxo da modernidade reflexiva: as vitórias da modernidade são também o reflexo de sua própria crise. E o que antes supostamente representava o esplendor da racionalidade tecnocientífica converte-se agora na mais pura irracionalidade tecnológica. Ou seja, no caso dos riscos tecnológicos, ainda que finalmente conseguíssemos identificar pelo avanço da ciência e da tecnologia os seus perigos, ainda assim estes mesmos perigos se tornariam incomunicáveis para as gerações futuras e, portanto, cairiam no silêncio (Beck, 2008, p. 291).

O paradoxo, por conseguinte, reside nisso: nascido da crítica ao modelo baseado na civilização tecnológica, o risco atua como uma espécie de filho não desejado, concebido, ou pela própria ideia de precaução (como reação da crítica social e política ao processo de modernização), ou pelo princípio da responsabilidade (como reação da crítica ética à sociedade tecnológica). Adotado por um ou por outro, o fato é que, em ambos os casos, o risco atua

16 O fato curioso, ironicamente relatado por Beck, traz como exemplo a limitação temporal da teoria do risco. Pensando numa ética baseada na responsabilidade para com o futuro das gerações, o Congresso dos EUA havia encomendado uma pesquisa para que cientistas tentassem identificar e desenvolver uma linguagem de símbolos a fim de que, num prazo de dez mil anos, as gerações pudessem identificar as advertências dos perigos dos lixos atômicos. Tratava-se de uma comissão que reunia *experts* dos mais variados ramos da ciência (entre eles: físicos, antropólogos, linguistas, químicos, sociólogos, arqueólogos, psicólogos etc.), cujo propósito era identificar, com a maior gama possível de informações destes especialistas, um modelo confiável e seguro de comunicação futura, logrando criar uma linguagem comum que pudesse ser compreendida dentro do longo prazo de dez mil anos. O problema inicial postulado foi: existirá EUA nos próximos dez mil anos? De modo irônico, Beck, relata: a resposta parecia fácil “*USA forever!*” (2008, p. 291). Aparentemente superado o obstáculo desta fase inicial, o grupo de estudiosos não conseguiu dar o passo seguinte que tratava de buscar um modelo que pudesse servir de processo comunicativo entre estes grupos sociais num prazo tão largo de tempo. Mesmo quando buscavam os símbolos mais antigos da humanidade (como: pirâmides, símbolos sagrados, caveiras etc.), estes documentos não remontavam há mais de dois mil anos e poderiam, em diferentes circunstâncias, representar informações distintas (por exemplo: uma caveira no rótulo de uma garrafa poderia indicar perigo, mas, numa parede, poderia indicar um pirata, alertavam os psicólogos). Assim, argumentavam os linguistas, no máximo poderíamos lograr estabelecer um processo comunicativo com futuras gerações até os próximos dois mil anos. Na conclusão de Beck, até mesmo nossa linguagem fracassa na hora de informar ao mundo do futuro sobre os perigos do uso de determinadas tecnologias que temos desenvolvido no tempo presente.

como uma espécie de emboscada: a afirmação da sua necessidade – seja pela via da política ou da ética – implica provar de seu próprio veneno. Admiti-lo é cair na armadilha da grande engrenagem da técnica moderna, diria Heidegger, ou, como diria Beck, o risco tecnológico seria ele mesmo um produto tematizado da razão tecnocientífica.

Ocorre que o risco, ainda que revestido e possuído de razão científica, possui alta dose de irracionalidade sob a mesma perspectiva científica. Em relação à experiência do passado, nem sempre o que se prevê para o futuro obedece aos mesmos padrões do que já ocorreu. Num artigo muito interessante sobre “o que significa viver numa sociedade ameaçada pelo risco mundial e ter de lidar com isso”, Beck ilustra tais equívocos da racionalidade tecnocientífica do seguinte modo:

O que há de irônico no risco é que a racionalidade – ou seja: a experiência do passado – estimula a previsão de um tipo errado de risco, daquele que nós supomos poder calcular e dominar, mas o desastre provém daquilo que nós não conhecemos, nem podemos calcular (Beck, 2013, p. 31).

Assim, a pretensão de determinar “objetivamente” o teor do risco, traduzindo-o em normas prescritivas, como visto anteriormente, nada mais é, do que um “castelo de cartas de conjeturas especulativas” (Beck, 2011, p. 35), que se inscreve unicamente no âmbito das probabilidades. Atuando na esfera da probabilidade, o risco, em realidade, não é uma grandeza mensurável do ponto de vista da realidade do presente, como reconhecem os próprios especialistas no assunto – incluindo aqueles do âmbito jurídico, quando tratam de avaliar o critério objetivo do risco. Qual seria, então, a “realidade do risco”? E responde Beck: “A realidade do risco reside no seu caráter duvidoso, discutível. Riscos não possuem uma existência abstrata em si mesmos. Eles se tornam reais nas avaliações contraditórias de grupos e populações” (2008, p. 32). Isso significa admitir que a percepção do risco não obedece somente a um padrão de critério científico e objetivo. Daí por que Beck faz uma dura crítica àqueles que tentam racionalizar a incerteza, principalmente os economistas, quando buscam calcular o risco e tornar a incerteza calculável.

Nisso reside outro limite claro da estimativa dos riscos, que é a irreversibilidade de certas ações tecnocientíficas, tal como já fora anunciado antes. Ou seja, uma vez desencadeadas tais ações, não há mais volta. A exemplo, cita-se o aquecimento global, cujos efeitos são já processos irreversíveis. Nestes casos, afirma Beck:

Os perigos podem ser minimizados, porém, jamais poderão ser excluídos. Inclusive o acontecimento menos provável pode se fazer realidade e – pensando de forma imanente

– acabará fazendo-se realidade devido ao tempo transcorrido e ao incremento em escala mundial dos macrossistemas técnicos. A tecnocracia dos perigos fica presa nas ramas de suas próprias promessas de segurança (Beck, 1998, pp. 7-8).

Sobre a situação de irracionalidade e irreversibilidade dos riscos e a busca incessante de estabelecer um padrão com critérios objetivos, controlável e manipulável (numa tentativa forçada de transformar a incerteza calculável, diria Beck), também é oportuno trazer à colação o que já antecipava Heidegger, antes mesmo que Beck: “o pensar calculador não é capaz de suspeitar que todo o calculável do cálculo já é, antes de suas somas e produtos calculados, um todo, cuja unidade, sem dúvida, pertence ao incalculável, que se subtrai a si e à sua estranheza das garras do cálculo” (GA 9, p. 309).

V. Para concluir: o cálculo do risco e o risco do cálculo

Olhando de longe, há, sem dúvida, uma grande diferença entre os temas dos quais se ocupam Heidegger e Beck, incluindo seus métodos de análise. Enquanto Heidegger, como filósofo e metafísico e utilizando-se de uma leitura ontológica, ocupa-se da pergunta pelo ser e de como a técnica se apresenta na história acontecida do ser na modernidade, Beck, por sua vez, na condição de estudioso da sociologia política e utilizando-se de uma leitura crítica sobre a teoria do risco, busca compreender a modernidade e seus desdobramentos reflexivos na sociedade do risco e, por conseguinte, o papel que ocupa a técnica nesse contexto. Mas um olhar mais atento, partindo da proximidade ou quando acercamos o pensamento de ambos, dá conta de perceber que esse caminho que parece distanciar é o mesmo que pode aproximar o filósofo do sociólogo.

A tese sociológica de Beck sobre o risco global na sociedade atual evidencia o prognóstico da leitura ontológica de Heidegger sobre a identidade e a essência da técnica moderna. É assim que a modernidade técnica de Heidegger, em seu sentido metafísico, encontra-se refletida com toda claridade na modernidade reflexiva de Beck, em seu sentido sociológico. Em outros termos, se a técnica moderna requisita cada vez mais uma sociedade tecnificada, a ponto de já não sermos capazes de pensar fora do esquema técnico, Beck ratifica a tese de Heidegger ao identificar que a sociedade do risco é o próprio reflexo do processo da modernização, cujo confronto consigo mesma, materializado na relação proporcional entre produção de riqueza e risco, exige a estimativa e o cálculo das suas consequências, produzindo, assim, mais e mais tecnocracia.

E se Heidegger observava, já na metade do século passado, que vivemos uma era correspondente à tecnificação em escala planetária e que o “imperativo da uniformidade técnica” (GA 14, p. 11) impele tudo ao cálculo, à regulação e

à planificação (ao qual ele denominava “pensamento calculador”), Beck, por sua vez, identifica, justamente no fenômeno da “globalização dos riscos” (2008, pp. 207 e ss) da sociedade atual, o enfoque moderno da previsão e do controle das ações humanas com respeito ao futuro; uma espécie de planificação que envolve todas as dimensões sociais (ao que ele denomina “a sociedade do risco global”). Ora, a globalização dos riscos diagnosticada na teoria de Beck nada mais é do que um dos sintomas do domínio planetário da técnica anunciado por Heidegger. A técnica, que ocupa a forma da metafísica do tempo presente, posto que corresponde ao modo unilateralizante de compreender o ser pela única via do calculável, é a mesma que atua no âmbito do risco da sociedade global constatada por Beck, posto que agora se exige a estimativa das consequências das ações humanas e se requer um conhecimento cada vez mais capacitado tecnicamente, capaz de calcular e planificar as incertezas fabricadas pela modernidade reflexiva.

Se a leitura sobre a modernidade parece aproximar ambos, filósofo e sociólogo, do mesmo modo, justifica-se tal proximidade quando se trata de analisar o tempo do homem da técnica (identificado por Heidegger) como um tempo que também se vê refletido no contexto da sociedade do risco (assinalado por Beck). O tempo atordoado pela modernização reflexiva de Beck, cuja civilização é uma ameaça para si mesma (2011, p. 12), coincide com o tempo que dá que pensar anunciado por Heidegger da era do técnico, cuja ameaça já atingiu o homem em sua essência, a ponto de que já não somos capazes de reivindicar sequer uma teoria da ação, uma ética capaz de escapar das garras do cálculo. Por isso, cada vez mais requisitamos “uma estabilidade suficientemente segura, mediante uma ordenação de acordo com a técnica”, diz Heidegger (GA 9, p. 353).

E se Beck faz uma dura crítica aos paradoxos da modernidade reflexiva – que se nutre das incertezas fabricadas, daquilo que há que proteger e de suas irracionalidades tecnocientíficas, incluindo o discurso da ética –, Heidegger por sua vez, faz uma alerta: é necessário prestar toda atenção a esse “modo peculiar de atuar da técnica moderna” que, com sua “verdade metafísica”, conduz um processo civilizatório que se deixa “dominar totalmente pela essência da técnica, a fim de poder, desse modo, dirigir e utilizar precisamente os diferentes processos e possibilidades da técnica” (GA 6.2, p. 146).

E se, neste contexto, o decisivo do risco é a antecipação da catástrofe, isto é, se na gênese do risco “o decisivo são as antecipações do fazer-se real” (Beck, 2008, p. 268), cuja produção do novo destino está baseada em função do perigo, então, o risco atinge o âmago da teoria da ação do tempo presente, na medida em que também se exige uma nova ética, baseada na responsabilidade

planetária e orientada ao futuro (como é o caso da ética de Jonas e Apel). A pergunta agora é: “que poderei eu proteger de mim mesmo e dos meus?”, avalia Beck (2011, p. 8). Mas é aqui que Heidegger vê o perigoso deste “destinal” da técnica. Ou seja, quando a própria técnica passa a reivindicar uma ética, então há que desconfiar do próprio discurso da teoria da ação. Afinal, trata-se de uma armadilha do pensar calculador que reivindica, inclusive, uma teoria da ação de acordo com os ditames da técnica, sempre dentro do horizonte da calculabilidade.

O sentido de proteção edificada pela sociedade do risco tão bem assinalado na crítica de Beck – que, conforme vimos, sob a insígnia da racionalização da incerteza (Beck, 2013, p. 31; 2008, p. 32) e por meio da racionalidade tecnocientífica busca, em vão, tornar a incerteza calculável e quantificável –, é o mesmo que faz Heidegger desconfiar da segurança prometida pelo pensar calculador edificado na técnica moderna. Em *Para que poetas* (GA 5, pp. 285 e ss), Heidegger já observava que o que nos protege não está na segurança oferecida pela racionalidade tecnocientífica. Como funcionários da técnica, agora não estamos somente desprotegidos; estamos, inclusive, desamparados. E o que ameaça o homem em sua essência é seguir confiando que o pensar calculador põe ordem ao mundo, e a técnica, em seu modo de ser uniforme, salva-nos de todos os perigos (GA 5, p. 295). Por isso, insiste Heidegger, paradoxalmente estar protegido é estar fora de toda segurança prometida pelo pensar técnico calculador. E conclui: somente estaremos seguros “fora da proteção” oferecida pela racionalidade tecnocientífica (GA 5, p. 299).

A essa altura, sim, notamos claramente o que diferencia o filósofo do sociólogo. Muito embora Beck seja um crítico contundente da sociedade do risco, revelando suas incoerências e paradoxos, cujas incertezas são fabricadas em prol de um modelo social, e ainda que ancorado na ideia de que quanto mais racionalização do risco, mais aumentam suas incertezas, ainda assim, ele mantém uma postura, digamos, esperançosa quanto aos seus rumos. Para Beck, a “incerteza incalculável também pode ser uma fonte de criatividade, uma razão para permitir o inesperado e experimentar o novo” (2011, p. 361).¹⁷ Se o risco não é a catástrofe e sim sua antecipação, Beck vê nessa dinâmica social um certo modo de pressão da sociedade que condicione políticas preventivas. O que há que evitar, segundo Beck, são as incertezas puramente fabricadas, que se distanciam dos riscos, já que estes “pressupõem decisões humanas,

17 A afirmação de Beck faz parte de uma entrevista concedida a Arthur Bueno no ano de 2010, intitulada “Diálogo com Ulrich Beck”, e inserida como anexo quando do lançamento no mesmo ano da edição brasileira de sua obra *Sociedade do risco*, referenciada neste trabalho.

futuros humanamente produzidos (probabilidade, tecnologia, modernização)” (2011, p. 362). Ele justifica sua postura avaliando que quanto mais aumenta a consciência do risco global, mais poderão surgir movimentos que reivindicuem a cultura civil da responsabilidade solidária, que transcendam as fronteiras nacionais e alcancem dimensões globais. Num mundo onde se diz das diferenças irreconciliáveis (sejam elas econômicas, culturais, sociais, políticas ou religiosas), a percepção pública do risco exige um novo reordenamento mundial, no qual a agenda política do local não pode ser concebida sem levar em conta o global (Beck, 2009). Trata-se, portanto, de criar futuros alternativos já que o risco nos obriga a ser solidários.

Pois bem, aqui já vai fazendo sentido a nossa suspeita: acaso este “cosmopolitismo forçoso”, que Beck vê com certa simpatia realizando-se no movimento da globalização, não ratifica a constatação de Heidegger sobre o movimento sempre crescente da ocidentalização do mundo, cujo processo de uniformização, impulsionado pela técnica moderna, condiciona todas as zonas do ente que vão sendo moldadas pelo pensar calculador?¹⁸ Mas, por enquanto, deixemos a pergunta aí repousando e sigamos com as expectativas de Beck sobre as possíveis saídas.

A princípio, sua posição sobre os “futuros alternativos” gerados pela sociedade do risco parece salutar. Muito embora – e isso também temos que ressaltar aqui – o próprio Beck observe com certa desconfiança algumas posturas otimistas (e também simplistas), que veem no movimento aterrador do colapso total da vigilância da sociedade do risco uma saída pela simples via das reformas nacionais ou das ofensivas de inovação tecnológica. Ele mesmo insinua: “seria ótimo se os cantos litúrgicos do mais mercado, mais tecnologias, mais crescimento e mais flexibilização ainda pudessem estabelecer a segurança em tempos conturbados” (Beck, 2011, p. 370). Contudo, por mais que a postura de Beck soe simpática, principalmente aos olhos da crítica da

18 Vale dizer que a tese da globalização e da ocidentalização do mundo, em seu sentido cultural e econômico, também é sustentada por Serge Latouche (1989). E Beck já havia se pronunciado contra (sobretudo com o surgimento da obra de mesma conotação de Ritzer, *McDonalitzation of Society*). Para Beck, melhor seria abandonar categorias simplistas de globalização em seu sentido tradicional e linear –que considera a globalização cultural um rolo compressor que produz a “ocidentalização” do mundo – e adotar a perspectiva da “globalização reflexiva”. Distinta da primeira, a segunda admite “a coexistência de formas de vida diferentes”, que ultrapassam os amálgamas sociais controlados pelos estados nacionais na atualidade. Beck explica: “Na perspectiva da concepção reflexiva da globalização a própria definição de sociedade muda radicalmente. Viver juntos não significa mais residir juntos em lugares geograficamente contíguos. Pode significar também viver juntos atravessando fronteiras estatais e também continentais” (2002a, p. 10). De todo modo e ainda assim, sustentamos a pergunta aqui por considerar que, em sentido filosófico, haveria de ponderar que o fenômeno da ocidentalização do mundo pela técnica moderna, ultrapassa as barreiras da cultura, da economia ou da geopolítica e alcança seu sentido metafísico, porque diz respeito a como vemos o ser e como nos relacionamos com o mundo. O metafísico aqui diz respeito ao movimento da tecnificação do ser em escala planetária.

sociologia política na atualidade ou da chamada corrente da “teoria crítica da tecnologia” (Mitcham, 1989; Feenberg, 1991, etc.),¹⁹ resta saber se o aumento da percepção pública do risco seria suficiente para superar as contradições e os paradoxos da sociedade do risco. Acaso a posição de Beck sobre tais “futuros alternativos”, cujas decisões humanas continuam embasadas nas probabilidades e no aumento de tecnologia, não significa confirmar que seguimos atuando dentro dos moldes do pensar calculador? Ou, dito de outro modo, acaso tal posição não continua insistindo na postura solicitadora da técnica moderna, que insere o mundo e todas as coisas existentes nele num sistema de informação em vista de uma finalidade calculada? A propósito, cabe aqui uma reflexão muito oportuna de Heidegger:

Vivemos numa época estranha, singular e inquietante. Quanto mais desenfreadamente aumenta a quantidade de informação, mais decididamente se amplia o ofuscamento e a cegueira para os fenômenos. Mais ainda: quanto mais desmedida a informação, tanto menor a capacidade de compreender o quanto o pensar moderno se torna cada vez mais cego e se transforma num calcular sem visão (GA 89, p. 96).

Dissemos antes, também referendados por Heidegger (GA 67), que a racionalização tecnocientífica que domina a época atual, cujos efeitos ainda são imprevisíveis, justifica-se pela sua pretensão de certeza e efetividade. Porém, isso não significa nada mais além do que se possa pretender de tal racionalidade. Ou seja, a efetividade prova tão somente a racionalidade calculadora e tecnocientífica – que, de quebra, ainda vende a falsa sensação de que estamos protegidos do risco –, mas isso não significa que, com ela, nos aproximamos da verdade do ser, ou que estamos seguros daquilo que há que proteger. Dito de outro modo, se o pensar calculador insiste em afirmar sua exatidão pela racionalidade tecnocientífica, essa não será, porém, a saída. Até porque, como bem disse Heidegger, “o que aparentemente sempre se apresenta como calculável completamente, torna-se, precisamente por isso, incalculável!” (GA 5, p. 95). Somente ultrapassando a barreira do técnico, do horizonte da calculabilidade, poderemos enxergar o que está por pensar e que escapa às garras do cálculo.

Portanto, o que precisa ser pensado é como podemos superar a barreira do meramente calculado, da mera representação da realidade objetivada e, assim,

19 O que não significa ignorar seus críticos. As críticas às teses de Beck vão desde a sua nomeação como um teórico da catástrofe, passando pelo teor apocalíptico de seu pensamento que conduz a certo alarmismo social, até chegar à acusação de que sua teoria circula, por vezes, muito mais na esfera da profecia do que da verdade (Mol e Spaargaren, 1993; Lash, 2000; Elliott, 2002; Guivant, 2001), ou como um certo modismo social, como insinua Niklas Luhmann (1991). Isso somente para citar alguns autores.

chegar à compreensão, pelo pensar meditativo, do que realmente importa ser pensado. O que importa ser pensado é a relação essencial das coisas, não apenas como utilidade e objeto aí disponível para ser calculado e consumido, produto da mera serventia da relação sujeito e objeto – sujeito que calcula e subtrai todo o existente como um cálculo. Como diz Heidegger, “até isso, o fato de que o homem se converta em sujeito e o mundo em objeto, é uma consequência da essência da técnica moderna, que se estabelece a si mesma e não ao contrário” (GA 5, p. 290). Para se chegar ao pensar meditativo, é necessário, antes de tudo, conceber os entes como algo que está aí diante, num cara a cara (GA 15, *Le Thor*/1969, pp. 367-368). O pensar meditativo – que, diga-se de passagem, nem de longe representa uma atitude meramente passiva –, contrariando o pensar calculador, é aquele que medita sobre o próprio pensar, e não apenas opera em vista do agir racional para uma finalidade calculada.

Por isso insistimos na suspeita: mesmo sendo um crítico contundente da modernidade e seus reflexos – no sentido daquilo que se vê refletido no próprio produto tematizado da razão instrumental e tecnocientífica –, será que Beck também não caiu na armadilha do pensar calculador? Enquanto persistirmos em seguir abraçados à promessa salvadora da tecnologia, sem mais, o problema continuará a existir. Ou, como bem adverte Heidegger, permaneceremos encantados pelo feitiço da técnica, que insiste em garantir a nossa segurança pelo discurso do pensar que calcula. E, no entanto, seguiremos desprotegidos, ou, ainda “sem salvação”, parafraseando aqui o próprio título da obra de Sloterdijk depois das marcas deixadas pelo filósofo do ser: *Nicht gerettet. Versuche nach Heidegger* (2001).

A questão proposta, no entanto, não se presta a cobrar de Beck uma leitura que transcenda à sua própria crítica da modernidade, até porque essa definitivamente não era sua pretensão ao elaborar a teoria sobre a modernidade reflexiva. De todo modo, e ainda que corroborando a leitura crítica de Beck sobre a modernidade e suas contradições, ainda assim, haveria de indagar se seu pensamento pretensamente crítico não acaba também ele circulando na esfera da instrumentalidade da razão técnica. É isso que dá o que pensar a partir da leitura de Heidegger e da ótica deste ensaio, e é o que faz confirmar a atualidade do seu pensamento e sua importância, apesar de muitos persistirem em propagar que seu pensamento está “contaminado” ou que sua filosofia sobre a técnica está desatualizada.

Dito de outro modo, sob um olhar heideggeriano entendemos que enfrentar o perigo do destino da técnica moderna – que, conforme a tese que temos defendido aqui, em seu desdobramento atual, diz-se da sociedade do risco –, implica pensar justo o arriscado do risco. Talvez o risco do risco,

evidenciado pela ácida crítica de Beck sobre os limites, os paradoxos e até mesmo as paranoias das incertezas fabricadas da sociedade do risco, é o que efetivamente deva ser pensado. Até porque, diria Heidegger, no contexto da era da tecnificação em escala planetária, a ciência moderna e o Estado nada mais são do que as consequências e as próprias sequelas dessa condição humana tecnicada (GA 5, p. 291), moldada agora na sociedade do risco global. Nesse contexto, mais que se dedicar ao cálculo do risco, haveria de se pensar no risco do cálculo.

O risco mais arriscado, portanto, é seguir com medo de arriscar a se desprender dessa “tábua de salvação” chamada pensar calculador. Quiçá, por outra via, que é a do pensar meditativo, seja possível se desgarrar das garras do cálculo.²⁰ E assim vai recobrando sentido o poema de Rilke, citado por Heidegger em *Para que poetas*, “...o que finalmente nos resguarda é a nossa desproteção...” (GA 5, p. 299). Do mesmo modo que também vai fazendo sentido outro poema, desta vez de Hölderlin, citado por Heidegger em *A pergunta pela técnica*: “quanto mais nos acercamos ao perigo, com maior claridade começarão a iluminar os caminhos que levam ao que salva e mais intenso será o nosso perguntar. Porque o perguntar é a devoção do pensar” (GA 7, p. 36).

Referências

- ADAM, B., BECK, U., VAN LOON J. (eds.). “The Risk Society and beyond. Critical Issues for Social Theory”. London: Sage, 2000.
- APEL, K.-O. “Diskurs und Verantwortung. Das Problem des Übergangs zur postkonventionellen Moral”. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988.

20 Aqui vale insistir, uma vez mais, na advertência já feita anteriormente: o “pensar meditativo” em Heidegger nada tem a ver com uma atitude passiva ou alienada diante da técnica. Se, por um lado, não se trata de produzir tecnofilia (endeusando a técnica, atribuindo-lhe um sim incondicional), por outro, tampouco se trata de demonizá-la, produzindo tecnofobia (mantendo uma relação distante dela, como se não nos dissesse respeito). Em *Gelassenheit*, Heidegger chama a atenção para a necessidade de se ter uma relação livre com a técnica, mas isso não implica deixar o problema nas mãos dos burocratas e dos tecnocratas de plantão, enquanto que, aos filósofos, cabe-lhes somente meditar ou recitar poesia. E isso não porque se desconfia da capacidade transformadora dos poetas – que, segundo Heidegger, são os verdadeiros guardiães de seu tempo –, e sim porque, enquanto mantivermos a postura solicitadora que os problemas da técnica se resolvem com mais técnica, decididamente não sairemos do círculo vicioso do pensar calculador. O esforço filosófico, portanto, consiste em não somente sustentar o discurso da insustentabilidade do modo de vida baseado na modernidade reflexiva, mas também o de apontar que as saídas pensadas dentro do esquema da técnica tampouco nos “salvam” dos perigos apontados pelos seus críticos. Ou seja, uma reflexão mais profunda do problema da técnica e da paranoia da sociedade do risco – diga-se de passagem, tão bem postada por Beck –, em contrapartida, deveria exigir um pensar capaz de suplantar o círculo vicioso do técnico. É isso que está por pensar e deve ser pensado pela Filosofia da Técnica do tempo presente e é essa também a modesta pretensão deste escrito, ainda que com a ressalva que deva ser tratado como um breve ensaio sobre o risco do cálculo.

- AREOSA, J. “A globalização dos riscos sociais e os acidentes tecnológicos”. *Pensamiento Americano*, Vol. 9, Nr. 17, pp. 139-164, 2016.
- AZZARÀ, S. G. “Heidegger ‘innocente’: un esorcismo della sinistra postmoderna”. *MicroMega: Almanacco di filosofia*, Nr. 2, pp. 116-125, 2015.
- BABICH, B. “The ‘New’ Heidegger”. In: T. Georgakakis, P.J. Ennis (eds.), 2015, pp. 167-187.
- BECK, U. (2010). “Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade”. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- BECK, U. “Critical Theory of World Risk Society: A Cosmopolitan Vision”. *Constellation*, Vol. 16, Nr. 1, pp. 2-22, 2009.
- BECK, U. “La politique dans la société du risque”. *Revue du MAUSS*, Vol. 1, Nr. 17, pp. 376-392, 2001.
- BECK, U. “La sociedad del riesgo global”. Tradução de Jesús Alborés Rey. Madrid: Siglo XXI, 2002b.
- BECK, U. “La sociedad del riesgo mundial: En busca de la seguridad perdida”. Tradução de Rosa S. Carbós. Barcelona: Paidós, 2008.
- BECK, U. “Las políticas ecológicas en la edad del riesgo. Antídotos de la irresponsabilidad organizada”. Tradução de Martin Steinmetz. Barcelona: Editorial El Roure, 1998.
- BECK, U. “Power in the Global Age”. Cambridge: Polity Press, 2005.
- BECK, U. “The Cosmopolitan Vision”. Cambridge: Polity Press, 2006.
- BECK, U. “Viver na sociedade do risco mundial e lidar com ele”. In: D. Innerarity e J. Solana (eds.), 2013, pp. 31-39.
- BECK, U. *et. al.* “Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna”. Tradução de Maria Amélia Augusto. Oeiras: Celta Editora, 2000.
- BECK, U. “A sociedade global do risco. Um diálogo entre Danilo Zoloe Ulrich Beck”. *Prim@ Facie*. Nr. 1, pp. 1-21, 2002a.
- ELLIOTT, A. “Beck’s sociology of risk: A critical assessment”. *Sociology*, Nr. 36, pp. 293- 315. 2002.
- ELSTER, J. “Explaining technical change”. Cambridge: University Press, 1983.
- ESCUADERO, J. A. “Heidegger y los Cuadernos Negros. El resurgimiento de la controversia nacionalsocialista”. *Apeiron: Estudios de Filosofía*, Nr. 1, pp. 1-33, 2014.
- FAYE, E. “Heidegger o la destrucción de la ética”. *Stoa*, Vol. 4, Nr. 8, pp. 11-31, 2013.
- FAYE, E. “Heidegger: L’introduction du nazisme dans la philosophie”. Paris: Albin Michel, 2005.
- FEENBERG, A. “Critical Theory of Technology”. Oxford: University Press, 1991.
- GALINDO, J. El concepto de riesgo en las teorías de Ulrich Beck y Niklas Luhmann. *Acta Sociológica*, Nr. 67, pp. 141-164, 2015.
- GEORGAKIS, T., ENNIS, P.J. (eds.). “Heidegger in the Twenty-First Century. Contributions to Phenomenology 80”. Netherlands: Springer Science, 2015.
- GIDDENS, A. “O mundo na era da globalização”. Tradução de Saul Barata. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

- GIGERENZER, G. “Calcular o risco – Aprender a lidar com a incerteza”. Lisboa: Gradiva, 2005.
- GUIVANT, J. “A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Nr. 16, pp. 95-112, 2001.
- HABERMAS, J. “Theorie des kommunikativen Handelns”. Tomo I, II. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.
- HEIDEGGER, M. (GA 11). “Identität und Differenz”. Frankfurt am Main: Klostermann, 2006.
- HEIDEGGER, M. (GA 14). “Zeit und Sein”. In: *Zur Sache des Denkens*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2007.
- HEIDEGGER, M. (GA 15). “Vier Seminare (Le Thor/1969, Zähringen/1973)”. “Zürcher Seminar”. In: *Seminare*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1986.
- HEIDEGGER, M. (GA 16). “Gelassenheit”. In: *Reden und andere Zeugnisse eines Lebensweges*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2000.
- HEIDEGGER, M. (GA 40). “Einführung in die Metaphysik”. Frankfurt am Main: Klostermann, 1983.
- HEIDEGGER, M. (GA 5). “Die Zeit des Weltbildes”. “Wozu Dichter?”. In: *Holzwege*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1977.
- HEIDEGGER, M. (GA 51). “Grundbegriffe”. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1981.
- HEIDEGGER, M. (GA 6.1/6.2). “Nietzsche”. Frankfurt am Main: Klostermann, 1996/1997.
- HEIDEGGER, M. (GA 65). “Beiträge zur Philosophie (Vom Ereignis)”. Frankfurt am Main: Klostermann, 1989.
- HEIDEGGER, M. (GA 67). “Die Überwindung der Metaphysik”. Frankfurt am Main: Klostermann, 1999.
- HEIDEGGER, M. (GA 7). “Die Frage nach der Technik”. “Überwindung der Metaphysik”. In: *Vorträge und Aufsätze*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2000.
- HEIDEGGER, M. (GA 79). “Bremer Vorträge/1949”. In: *Bremer und Freiburger Vorträge*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1994.
- HEIDEGGER, M. (GA 89). “Zollikoner Seminare”. Frankfurt am Main: Klostermann, 1994.
- HEIDEGGER, M. (GA 9). “Naschwort zu “Was ist Metaphysik””. “Brief über den Humanismus”. In: *Wegmargen*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1976.
- HEIDEGGER, M. (GA 94). “Überlegungen V”. In: *Schwarze Hefte (1931-1938)*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2014.
- HEIDEGGER, M. (GA 96). “Überlegungen XII-XV”. In: *Schwarze Hefte (1939-41)*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2014.
- INNERARITY, D., SOLANA, J. (eds.). “A humanidade ameaçada: a gestão dos riscos globais”. Lisboa: Teodolito, 2013.
- JASANOFF, S. “Risk in Hindsight – Towards a Politics of Reflection”. In: Richter, I. K., Berking, S., Muller-Schmid, R. (eds.), 2006, pp. 28-46.

- JONAS, H. (1995). “El principio de responsabilidad. Ensayo de una ética para la civilización tecnológica”. Tradução de Javier M. F. Retenaga. Barcelona: Herder, 2008.
- JONAS, H. “Técnica, medicina y ética. La práctica del principio de la responsabilidad”. Tradução de Carlos F. Gil. Barcelona: Paidós, 1997.
- LASH, S. “Risk Culture”. In: B. Adam, U. Beck e J. Van Loon (eds.), 2000, pp. 47-63.
- LATOUCHE, S. “L’Occidentalisation du monde: Essai sur la signification, la portée et les limites de l’uniformisation planétaire”. Paris: La Découverte, 1989.
- LUHMANN, N. (1990) “Risiko und Gefahr”. *Soziologische Aufklärung* 5, Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2005, pp. 126-162.
- LUHMANN, N. “Soziologie des Risikos”. Berlin: de Gruyter, 1991.
- MIRANDA, A. L. Correntes e correntezas: o lugar de Heidegger no âmbito da filosofia da tecnologia. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Vol. 5, Nr. 8, pp. 1-16, 2009.
- MIRANDA, A. L. “Técnica y ser en Heidegger”. Salamanca: Editora de la Universidad de Salamanca, 2017.
- MIRANDA, A. L. “¿Una ética para la civilización tecnológica? Posibilidades y límites del principio de la responsabilidad de Hans Jonas”. Alemaña/España: Lap Lambert/EAE, 2012.
- MITCHAM, C. “¿Que es la filosofía de la tecnología?” Barcelona: Anthropos, 1989.
- MOL, A.; SPAARGAREN, G. “Environment, modernity and the Risk- Society: The apocalyptic horizon of environmental reform”. *International Sociology*, Vol. 4, Nr. 8, pp. 431-459, 1993.
- NETO, H. V. “Construção social do risco e da segurança do trabalho em contexto organizacional”. Vila do Conde: Civeri Publishing, 2013.
- RICHTER, I. K., BERKING, S., MULLER-SCHMID, R. (eds.). “Risk Society and the Culture of Precaution”. New York: Palgrave, 2006.
- SIMMEL, G. (1900). “Philosophie des Geldes”. Charleston: Nabu Press, 2010.
- SLOTERDIJK, P. “Nicht gerettet. Versuche nach Heidegger”. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001.
- TRAWNY, P. “Heidegger und der Mythos der jüdischen Weltverschwörung”. Frankfurt am Main: Klostermann, 2014.